

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	62
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	66
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	68
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	69
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	2.319.290	2.269.640
1.01	Ativo Circulante	97.340	124.185
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	32.478	37.880
1.01.03	Contas a Receber	368	515
1.01.03.01	Clientes	347	509
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	21	6
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.245	14.210
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.245	14.210
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	62.249	71.580
1.01.08.03	Outros	62.249	71.580
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	62.249	71.580
1.02	Ativo Não Circulante	2.221.950	2.145.455
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	195.521	204.552
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	133.013	133.013
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	132.796	132.796
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	55.857	64.888
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	9.275	13.794
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	46.582	51.094
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	6.651	6.651
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	6.651	6.651
1.02.02	Investimentos	2.017.814	1.932.273
1.02.02.01	Participações Societárias	2.017.814	1.932.273
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	78.161	25.844
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.874.465	1.790.790
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	65.188	115.639
1.02.03	Imobilizado	47	47
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	47	47
1.02.04	Intangível	8.568	8.583
1.02.04.01	Intangíveis	8.568	8.583
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	8.568	8.583

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	2.319.290	2.269.640
2.01	Passivo Circulante	52.488	87.275
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	558	338
2.01.01.01	Obrigações Sociais	558	338
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	558	338
2.01.02	Fornecedores	629	148
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	629	148
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.916	14.531
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.916	14.483
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	1.916	14.483
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	48
2.01.05	Outras Obrigações	49.385	72.258
2.01.05.02	Outros	49.385	72.258
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	49.168	72.048
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	217	210
2.02	Passivo Não Circulante	7.834	7.834
2.02.02	Outras Obrigações	1.207	1.207
2.02.02.02	Outros	1.207	1.207
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais Federais	1.207	1.207
2.02.04	Provisões	6.627	6.627
2.02.04.02	Outras Provisões	6.627	6.627
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	6.627	6.627
2.03	Patrimônio Líquido	2.258.968	2.174.531
2.03.01	Capital Social Realizado	1.017.700	1.017.700
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.016.779	1.016.779
2.03.04.01	Reserva Legal	102.489	102.489
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	898.905	898.905
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	15.385	15.385
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	85.543	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	138.630	139.736

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	82.158	113.443
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.272	-2.992
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	86.430	116.435
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	82.158	113.443
3.06	Resultado Financeiro	2.278	2.821
3.06.01	Receitas Financeiras	2.661	3.584
3.06.02	Despesas Financeiras	-383	-763
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	84.436	116.264
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-85
3.08.01	Corrente	0	-85
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	84.436	116.179
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	84.436	116.179
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	2,18907	3,01200
3.99.01.02	PN	2,18907	3,01200
3.99.01.03	PNB	0,00000	3,01200
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	2,06566	2,84000
3.99.02.02	PN	2,27223	3,30000
3.99.02.03	PNB	0,00000	3,13000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A demonstração é apresentada juntamente a DMPL.

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.406	-5.566
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.612	-3.903
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IRPJ e da CSLL	84.436	116.264
6.01.01.02	Depreciação e amortização	382	383
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-86.430	-116.435
6.01.01.04	Rendimentos não realizados de Investimentos e Juros a Receber	0	-2.679
6.01.01.05	IRPJ e CSLL pagos	0	-1.436
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	206	-1.663
6.01.02.01	Contas a receber	162	126
6.01.02.02	Outros ativos	-14	348
6.01.02.03	Fornecedores	481	268
6.01.02.04	Salários e Encargos Sociais	220	-86
6.01.02.05	Tributos a pagar	-12.615	-2.370
6.01.02.06	Outros Passivos	7	1
6.01.02.09	Tributos a recuperar	11.965	0
6.01.02.10	Outros Ativos de LP	0	50
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	9.853	13.842
6.02.01	Aquisição de Partes Relacionadas	0	5.998
6.02.03	Dividendos Recebidos	12.853	7.844
6.02.04	Integralização de Capital de Partes Relacionadas	-3.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-13.849	0
6.03.01	Partes Relacionadas	9.031	0
6.03.02	Dividendos Pagos	-22.880	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.402	8.276
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	37.880	32.522
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	32.478	40.798

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	1.016.779	0	139.736	2.174.531
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	1.016.779	0	139.736	2.174.531
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	85.543	-1.107	84.436
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	84.436	0	84.436
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	1.107	-1.107	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atibuído	0	0	0	1.107	-1.107	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	1.016.779	85.543	138.629	2.258.967

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	778.333	0	144.158	1.940.507
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	778.333	0	144.158	1.940.507
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	117.285	-1.106	116.179
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	116.179	0	116.179
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	1.106	-1.106	0
5.05.03.02	Realização de Custo atribuído	0	0	0	1.106	-1.106	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	778.333	117.285	143.052	2.056.686

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-760	-1.076
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-760	-1.076
7.03	Valor Adicionado Bruto	-760	-1.076
7.04	Retenções	-382	-1
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-382	-1
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.142	-1.077
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	89.091	120.019
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	86.430	116.435
7.06.02	Receitas Financeiras	2.661	3.584
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	87.949	118.942
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	87.949	118.942
7.08.01	Pessoal	3.512	1.915
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	85
7.08.02.01	Federais	0	85
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1	763
7.08.03.01	Juros	1	763
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	84.436	116.179
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	84.436	116.179

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	5.384.802	5.365.230
1.01	Ativo Circulante	1.492.671	1.472.191
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	381.024	442.495
1.01.02	Aplicações Financeiras	15.447	15.062
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	15.447	15.062
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	15.447	15.062
1.01.03	Contas a Receber	990.971	898.269
1.01.03.01	Clientes	946.829	858.809
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	44.142	39.460
1.01.04	Estoques	19.127	20.510
1.01.06	Tributos a Recuperar	62.072	73.337
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	62.072	73.337
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	24.030	22.518
1.01.08.03	Outros	24.030	22.518
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	2.164	2.215
1.01.08.03.02	Ativo Indenizatório - concessão	21.866	20.303
1.02	Ativo Não Circulante	3.892.131	3.893.039
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.901.805	2.880.709
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	133.013	133.013
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	132.796	132.796
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.03	Contas a Receber	122.658	126.268
1.02.01.03.01	Clientes	117.322	121.430
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.336	4.838
1.02.01.06	Tributos Diferidos	401.893	408.562
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	401.893	408.562
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	55.857	64.888
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	9.275	0
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	46.582	13.794
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	51.094
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.188.384	2.147.978
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	17.865	13.697
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	151.183	147.178
1.02.01.09.05	Ativo Indenizatório - Concessão	2.019.336	1.987.103
1.02.02	Investimentos	27.756	25.844
1.02.02.01	Participações Societárias	27.756	25.844
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	27.756	25.844
1.02.03	Imobilizado	376.228	370.105
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	356.452	352.537
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	19.776	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	0	17.568
1.02.04	Intangível	586.342	616.381
1.02.04.01	Intangíveis	586.342	616.381
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	526.959	556.630
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	59.383	59.751

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	5.384.802	5.365.230
2.01	Passivo Circulante	1.260.395	1.325.420
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	117.362	120.632
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	117.362	0
2.01.02	Fornecedores	413.594	433.503
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	413.594	433.503
2.01.03	Obrigações Fiscais	151.120	129.800
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	95.763	81.839
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	50.485	31.592
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	28.593	32.729
2.01.03.01.03	Outros	16.685	17.518
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	55.357	47.823
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	138
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	188.013	241.298
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	188.013	241.298
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	188.013	241.298
2.01.05	Outras Obrigações	271.203	284.279
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	14.873	18.113
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	14.873	18.113
2.01.05.02	Outros	256.330	266.166
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	49.168	72.048
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	177.222	174.941
2.01.05.02.05	Outros Passivos Circulantes	29.940	19.177
2.01.06	Provisões	119.103	115.908
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	119.103	115.908
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	119.103	115.908
2.02	Passivo Não Circulante	1.865.439	1.865.279
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	141.234	129.800
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	141.234	129.800
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	141.234	129.800
2.02.02	Outras Obrigações	163.893	152.335
2.02.02.02	Outros	163.893	152.335
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais Federais	1.207	1.207
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	158.719	147.841
2.02.02.02.05	Outros Passivos Não Circulantes	3.967	3.287
2.02.03	Tributos Diferidos	139.415	144.142
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	139.415	144.142
2.02.04	Provisões	1.420.897	1.439.002
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.371.953	1.392.310
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	11.369	11.376
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	106.976	108.907
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	931.266	949.795
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	322.342	322.232
2.02.04.02	Outras Provisões	48.944	46.692
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	48.944	46.692
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.258.968	2.174.531

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.01	Capital Social Realizado	1.017.700	1.017.700
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.016.779	1.016.779
2.03.04.01	Reserva Legal	0	102.489
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	898.905
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	0	15.385
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	85.543	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	138.630	139.736

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.144.555	1.056.858
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-890.074	-799.513
3.03	Resultado Bruto	254.481	257.345
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-139.963	-97.362
3.04.01	Despesas com Vendas	-52.008	-38.086
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-71.016	-44.481
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-18.851	-16.609
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.912	1.814
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	114.518	159.983
3.06	Resultado Financeiro	15.150	13.483
3.06.01	Receitas Financeiras	35.962	28.510
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.812	-15.027
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	129.668	173.466
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-45.232	-57.287
3.08.01	Corrente	-43.723	-55.461
3.08.02	Diferido	-1.509	-1.826
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	84.436	116.179
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	84.436	116.179
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	84.436	116.179
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	2,18907	3,01200
3.99.01.02	PN	2,18907	3,01200
3.99.01.03	PNB	0,00000	3,01200
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	2,06566	2,84000
3.99.02.02	PN	2,27223	3,30000
3.99.02.03	PNB	0,00000	3,13000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A demonstração é apresentada juntamente a DMPL.

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	29.666	-13.948
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	195.500	177.496
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IRPJ e da CSLL	129.669	173.466
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	45.559	41.074
6.01.01.03	Ganho ou Perda na Alienação de Ativo Imobilizado e Intangível	3	3.018
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-1.912	-1.813
6.01.01.05	Rendimentos não Realizados de Investimentos e Juros a Receber	0	-6.977
6.01.01.06	Despesas com Juros e Variações Monetárias	13.136	7.246
6.01.01.07	Constituição ou Reversão de Provisões	12.944	2.328
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-18.990	-45.081
6.01.01.09	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	21.193	11.630
6.01.01.10	Juros Pagos	-6.871	-7.395
6.01.01.11	Contingências	769	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-165.834	-191.444
6.01.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	-20.508	-54.554
6.01.02.02	Contas a Receber	-103.479	-55.663
6.01.02.03	Outros Ativos	-5.193	-23.808
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-4.002	-4.835
6.01.02.05	Fornecedores	-19.853	-15.750
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	-3.221	-10.364
6.01.02.07	Tributos a pagar	-3.775	-24.488
6.01.02.08	Taxas Regulamentares	7.735	9.994
6.01.02.09	Outras Variações nos Ativos e Passivos	5.210	-13.825
6.01.02.10	Outros Ativos Não Circulantes	0	-133
6.01.02.11	Estoques	1.350	1.982
6.01.02.12	Obrigações com Benefícios a Empregados	-28.319	0
6.01.02.13	Tributos a Recuperar	8.221	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-37.179	5.613
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-7.306	-27.226
6.02.02	Aquisições de Bens para Concessão	-54.845	-16.026
6.02.03	Partes Relacionadas	0	6.000
6.02.04	Juros Recebidos	41.248	41.965
6.02.05	Dividendos Recebidos	0	900
6.02.06	Aquisição de participação acionária	-4.194	0
6.02.07	Intangível	-12.082	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-53.958	-4.561
6.03.01	Partes Relacionadas	8.903	-3.954
6.03.02	Amortização de Empréstimos	-59.320	-36.643
6.03.03	Ingressos de Empréstimos	16.339	36.036
6.03.04	Aumento de Capital	3.000	0
6.03.05	Dividendos Pagos	-22.880	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-61.471	-12.896
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	442.495	260.252
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	381.024	247.356

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	1.016.779	0	139.736	2.174.531	0	2.174.531
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	1.016.779	0	139.736	2.174.531	0	2.174.531
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	85.543	-1.107	84.436	0	84.436
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	84.436	0	84.436	0	84.436
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	1.107	-1.107	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	1.107	-1.107	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	1.016.779	85.543	138.629	2.258.967	0	2.258.967

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	778.333	0	144.158	1.940.507	0	1.940.507
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	778.333	0	144.158	1.940.507	0	1.940.507
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	117.285	-1.106	116.179	0	116.179
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	116.179	0	116.179	0	116.179
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	1.106	-1.106	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	1.106	-1.106	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	778.333	117.285	143.052	2.056.686	0	2.056.686

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	1.792.419	1.659.507
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.813.627	1.663.091
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-21.208	-3.584
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-830.095	-722.501
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-685.482	-612.198
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-123.951	-102.242
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-8.061
7.02.04	Outros	-20.662	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	962.324	937.006
7.04	Retenções	-45.135	-41.594
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-45.135	-41.594
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	917.189	895.412
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	37.874	30.324
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.912	1.814
7.06.02	Receitas Financeiras	35.962	28.510
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	955.063	925.736
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	955.063	925.736
7.08.01	Pessoal	116.675	131.010
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	733.140	663.520
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	20.812	15.027
7.08.03.01	Juros	20.812	15.027
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	84.436	116.179
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	84.436	116.179

Comentário do Desempenho



1. Investimentos

Os investimentos realizados em imobilizado, intangível e participações em PCHs pela Celesc no 1º trimestre de 2012 foram de R\$86.624, sendo 12,71% inferior ao mesmo período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro abaixo.

Investimento	31.03.2012		31.03.2011		Análise Horizontal
	R\$	%	R\$	%	
Distribuição de Energia	71.232	82,23	51.918	67,55	37,20
Geração de Energia	5.922	6,84	17.269	22,47	(65,71)
Distribuição de Gás Natural	9.470	10,93	7.670	9,98	23,47
Total	86.624	100,00	76.857	100,00	12,71

2. Mercado Acionário

No primeiro trimestre de 2012, as ações preferenciais da Celesc (CLSC4) apresentaram valorização de 18,94% enquanto as ações ordinárias (CLSC3) apresentaram alta de 13,41%. Esses desempenhos superaram o Índice do Setor de Energia Elétrica – IEE que apresentou valorização de 8,18% e o índice Bovespa – IBOVESPA com valorização de 13,66% no 1TR12.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais em 31 de março de 2012 e respectivas variações percentuais das ações da Celesc e dos principais indicadores de mercado:

Quadro comparativo Ações CELESC & Índices de Mercado

	Fechamento 31/03/2012	Desempenho	
		Variação % *	
		no 1ºTRIM 2012	em 12 meses
CELESC PNB	R\$ 40,45	18,94%	-5,95%
CELESC ON	R\$ 93,00	13,41%	55,00%
IBOVESPA	64.510	13,66%	-5,13%
IEE - Índice de Energia Elétrica	35.281	8,18%	18,03%

Fonte: DRI / ADRI / ASRI

Valor de mercado da ação

Os valores de mercado das ações da Celesc em 31 de março de 2012, conforme quadro acima, são os seguintes: R\$93,00 para cada ação ordinária (ON) e R\$40,45 para cada ação preferencial (PN).

3. Recursos Humanos

Comentário do Desempenho



O grupo Celesc encerrou o primeiro trimestre de 2012 com um quadro funcional de 3.763 empregados. O total de empregados representa um decréscimo de -1% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.801 empregados).

4. Mercado de Energia Elétrica

O quadro abaixo apresenta as informações sobre o mercado de energia elétrica da Celesc Distribuição S.A. por classe de consumo:

Mercado de Energia Elétrica

Descrição			Variação Vertical		Variação Horizontal
	1 trim 2012	1 trim 2011	trim	trim	trim
	trim	trim	1 trim 2012	1 trim 2011	12-11
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil (Líquido de ICMS)					
Residencial	446.105	419.420	37,2%	36,7%	6,4%
Industrial	300.473	309.650	25,1%	27,1%	-3,0%
Comercial	284.441	253.478	23,7%	22,2%	12,2%
Rural	65.073	60.353	5,4%	5,3%	7,8%
Poder Público	34.026	30.336	2,8%	2,7%	12,2%
Iluminação Pública	21.634	19.477	1,8%	1,7%	11,1%
Serviço Público	17.871	16.295	1,5%	1,4%	9,7%
Subtotal	1.169.623	1.109.009	97,6%	97,1%	5,5%
Suprimento	29.071	32.679	2,4%	2,9%	-11,0%
TOTAL	1.198.694	1.141.688	100%	100%	5,0%
Consumo por Classe em MWh					
Residencial	1.277.075	1.235.432	29,8%	29,5%	3,4%
Industrial	1.136.292	1.193.351	26,5%	28,5%	-4,8%
Comercial	915.526	816.637	21,4%	19,5%	12,1%
Rural	325.472	308.527	7,6%	7,4%	5,5%
Poder Público	100.542	92.172	2,3%	2,2%	9,1%
Iluminação Pública	130.632	118.715	3,0%	2,8%	10,0%
Serviço Público	75.412	69.706	1,8%	1,7%	8,2%
Subtotal	3.960.951	3.834.540	92,4%	91,5%	3,3%
Suprimento	325.666	355.505	7,6%	8,5%	-8,4%
TOTAL	4.286.617	4.190.045	100%	100%	2,3%

Comentário do Desempenho

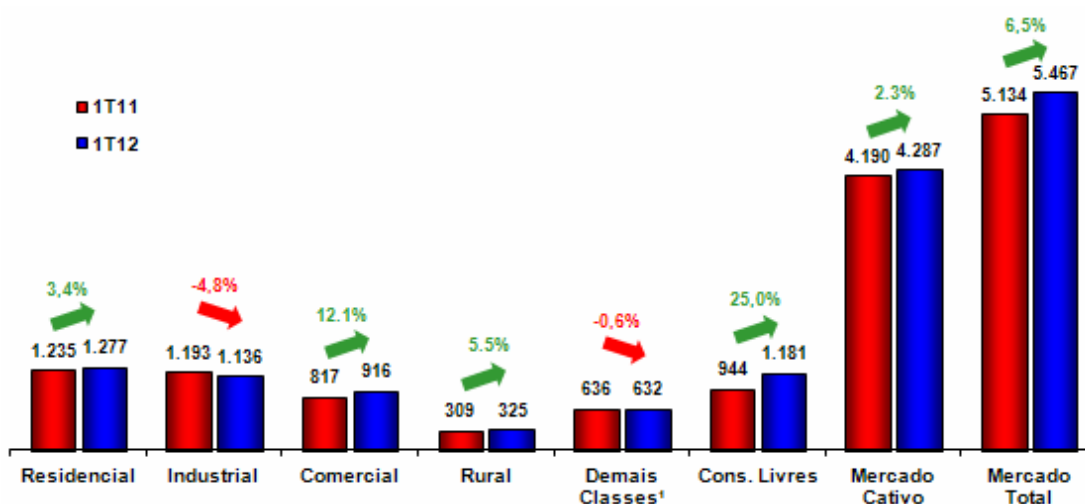


Preço Médio Unitário do MWh em R\$					
Residencial	349,32	339,49	128,0%	128,3%	2,9%
Industrial	264,43	259,48	96,9%	98,0%	1,9%
Comercial	310,69	310,39	113,9%	117,3%	0,1%
Rural	199,93	195,62	73,3%	73,9%	2,2%
Poder Público	338,43	329,12	124,0%	124,3%	2,8%
Iluminação Pública	165,61	164,07	60,7%	62,0%	0,9%
Serviço Público	236,98	233,77	86,9%	88,3%	1,4%
Subtotal	295,29	289,22	108,2%	109,3%	2,1%
Suprimento	89,27	91,92	32,7%	34,7%	-2,9%
TOTAL	272,85	264,68	100%	100%	3,1%

5. Balanço Energético

No primeiro trimestre de 2012 a energia fornecida pela Celesc Distribuição, para o mercado cativo, cresceu 2,3% na comparação com o mesmo período do ano anterior, atingindo 4.287 GWh (excluindo o consumo próprio que foi responsável por 3,7 GWh). Com relação ao mercado total (cativo + livres), o crescimento foi de 6,5%, atingindo 5.467 GWh.

Gráfico 1 - Comparação de Consumo de Energia em GWh



Fonte: DCL/DPCM/DVME

Nota: Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público + Revenda
Não considera consumo próprio.

6. Desempenho Econômico-Financeiro

Comentário do Desempenho



O Lucro Líquido do período apresentado pela Companhia, em 31 de março de 2012, foi de R\$84,4 milhões, que representa uma queda de -27,32%, se comparado ao mesmo período de 2011 (R\$116,2 milhões).

O quadro a seguir demonstra, por meio dos principais indicadores econômicos, o desempenho da Celesc em 31 de março de 2012 em relação ao mesmo período do ano anterior.

	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Índices Econômicos		
Receita Operacional Bruta	1.813.627	1.663.091
Receita Operacional Líquida	1.144.555	1.056.858
Resultado das Atividades	112.606	158.169
Resultado Financeiro	15.150	13.483
EBITDA ou LAJIDA	157.742	199.763
Lucro Líquido do Período	84.436	116.179
Margem das Atividades (RA / ROL)	9,84%	14,97%
Margem Operacional Líquida (LP / ROL)	7,38%	10,99%
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (LP / (PL – LP))	3,88%	5,99%

A Receita Operacional Líquida – ROL, no primeiro trimestre de 2012, atingiu o montante de R\$1.144,6 milhões, acréscimo de 8,3%, se comparado com o mesmo período do ano de 2011 (R\$1.056,9 milhões). Este acréscimo deveu-se principalmente em função do crescimento de 3,2% de novas unidades consumidoras na Celesc Distribuição S.A., do aumento do consumo em MWh de 2,3% e do reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2011.

O resultado das atividades acumulado até o primeiro trimestre de 2012, no valor de R\$112,6 mil, foi inferior, se comparado com o mesmo período de 2011 (R\$158,2 mil). Essa queda foi provocada principalmente pelo aumento de 14,7% nos gastos operacionais registrados na Celesc Distribuição S.A.

Como consequência do decréscimo no resultado das atividades o EBITDA (LAJIDA) também teve decréscimo 21,0%.

7. Composição Acionária

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.017.700.000,00, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As Ações Preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro abaixo:

Comentário do Desempenho



CELESC - Composição do Capital Social em Ações: Acionistas com mais de 5%

base acionária em 30/03/2012

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
ESTADO DE SANTA CATARINA	7.791.010	50,18%	191	0,00%	7.791.201	20,20%
CAIXA PREV. B. BRASIL (PREVI)	5.140.864	33,11%	437.807	1,90%	5.578.671	14,46%
FUNDAÇÃO CELESC SEG. SOCIAL	1.087.374	7,00%	230.800	1,00%	1.318.174	3,42%
GERAÇÃO FUTURO (FUNDOS ADMINISTRADOS)	499.600	3,22%	3.333.600	14,47%	4.499.300	11,66%
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS - ELETROBRAS *	4.233	0,03%	4.142.774	17,98%	4.147.007	10,75%
TARPON INVESTIMENTOS (FUNDOS ADMINISTRADOS)	0	0,00%	5.178.823	22,47%	5.178.823	13,43%
MCAP POLAND FIA	0	0,00%	2.621.200	11,37%	2.335.900	6,06%
OUTROS	1.004.056	6,47%	6.718.459	29,15%	7.722.515	20,02%
TOTAL	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100,00

* Cia de Capital Aberto

Capital Social : R\$1.017.700.000,00

Capital Autorizado : R\$1.340.000.000,00

Fonte: DRI / ASRI

8. Participação Estrangeira no Capital

Os investidores estrangeiros encerraram o 1T12 representando 20,13% do Capital Social total da Celesc, detendo um volume de 7.764.084 ações, na grande maioria, ações preferenciais.

PARTICIPAÇÃO DOS INVESTIDORES POR RESIDÊNCIA	QUANTIDADE DE AÇÕES	%
INVESTIDORES ESTRANGEIROS	7.764.084	20,13%
INVESTIDORES NACIONAIS	30.807.507	79,87%

Fonte: BM&FBOVESPA / Adaptação: ASRI

9. Ações do Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal

Comentário do Desempenho



CELESC - Ações do controlador, administradores e membros do conselho fiscal em 31/03/2012

ACIONISTAS	AÇÕES ON		AÇÕES PNB		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
CONTROLADOR	8.976.460	57,81%	234.305	1,02%	9.210.765	23,88%
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5	0,00%	111	0,00%	116	0,00%
DIRETORIA EXECUTIVA	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
CONSELHO FISCAL	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
AÇÕES EM TESOURARIA	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
OUTROS ACIONISTAS	6.550.672	42,19%	22.810.038	98,98%	29.360.710	76,12%
TOTAIS	15.527.137	100,00%	23.044.454	100,00%	38.571.591	100,00%
AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	6.550.672	42,19%	22.810.038	98,98%	29.360.710	76,12%

A companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

CELESC - Ações do controlador, administradores e membros do conselho fiscal em 31/03/2011

ACIONISTAS	AÇÕES ON		AÇÕES PNA*		AÇÕES PNB		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
CONTROLADOR	8.976.460	57,81%	191	0,38%	234.114	1,02%	9.210.765	23,88%
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5	0,00%	0	0,00%	1.011	0,00%	1.016	0,00%
DIRETORIA EXECUTIVA	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
CONSELHO FISCAL	0	0,00%	0	0,00%	1	0,00%	1	0,00%
AÇÕES EM TESOURARIA	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
OUTROS ACIONISTAS	6.550.672	42,19%	50.392	99,62%	22.758.746	98,76%	29.359.810	76,12%
TOTAIS	15.527.137	100,00%	50.583	100,00%	22.993.871	99,78%	38.571.591	100,00%
AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	6.550.672	42,19%	50.392	99,62%	22.758.746	98,98%	29.359.810	76,12%

A companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

10. Ações em Circulação

CELESC - Ações em circulação em 31/03/2012

	AÇÕES ON		AÇÕES PNB		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
TOTAIS	15.527.137	100,00%	23.044.454	100,00%	38.571.591	100,00%
AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	6.550.672	42,19%	22.810.038	98,98%	29.360.710	76,12%

CELESC - Ações em circulação em 31/03/2011

	AÇÕES ON		AÇÕES PNA*		AÇÕES PNB		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
TOTAIS	15.527.137	100,00%	50.583	100,00%	22.993.871	100,00%	38.571.591	100,00%
AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	6.550.672	42,19%	50.392	99,62%	22.758.646	98,98%	29.359.810	76,12%

Comentário do Desempenho



Instrução CVM nº 381/03, de 14 de janeiro de 2003

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/SNC nº 02, de 20 de março de 2003, a Companhia informa que o auditor independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionadas a atividades de auditoria externa.

Cláusula Compromissória

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, Capítulo X, artigo 67 "A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como das demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de participação do Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado".

Agradecimentos

A Celesc agradece ao esforço e dedicação de seus colaboradores e fornecedores, que têm papel fundamental na história de sucesso da Empresa. Os crescentes desafios têm sido superados com apoio dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. O esforço de todos merece o reconhecimento dos consumidores e enaltece a proposta de engrandecimento da Celesc para suas ações em prol do desenvolvimento social e econômico do Estado de Santa Catarina.

Florianópolis, 15 de maio de 2012.

A Administração

Notas Explicativas



1. Informações Gerais

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, (Companhia) CNPJ – 83.878.892/0001-55, é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, com sede na Avenida Itamarati, 160, Bairro Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973 e hoje tem seus papéis negociados no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F BOVESPA S.A., em São Paulo.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas têm como atividade preponderante a distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, com atuação também no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

Estas Informações Trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de maio de 2012.

Em 31 de março de 2012, as principais controladas integrais consolidadas, investimentos de controle compartilhado que consolidam proporcionalmente e coligadas são:

Descrição	Percentual de Participação Integralizado – %			
	31 de março 2012		31 de dezembro 2011	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
Celesc Distribuição S.A. (“Celesc D”)	100,00	-	100,00	-
Celesc Geração S.A. (“Celesc G”)	100,00	-	100,00	-
Fundo Exclusivo Celesc (FIDC)	-	100,00	-	100,00

Descrição	Percentual de Participação Integralizado – %			
	31 de março 2012		31 de dezembro 2011	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas em Conjunto				
Companhia de Gás de Santa Catarina (“SCGÁS”)	17,00	-	17,00	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia (“ECTE”)	30,88	-	30,88	-
Boa Vista Energética S.A. (“Boa Vista”)	-	30,00	-	30,00
Campo Belo Energética S.A. (“Campo Belo”)	-	30,00	-	30,00
Painel Energética S.A. (“Painel”)	-	32,50	-	32,50
Rondinha Energética S.A. (“Rondinha”)	-	32,50	-	32,50
Companhia Energética Rio das Flores (“Rio das Flores”)	-	25,00	-	25,00
Xavantina Energética (“Xavantina”)	-	40,00	-	40,00
Bandeirante Energética (“Bandeirante”)	-	25,00	-	-
Coligadas (não consolidadas)				
Dona Francisca Energética S.A. (“Dfesa”)	23,03	-	23,03	-
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A. (“Cubatão”)	40,00	-	40,00	-

Notas Explicativas



2. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

O processo de desverticalização da atividade de distribuição de energia elétrica cumpre as disposições da Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, foi autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, e recebeu anuência da ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 712, de 03 de outubro de 2006.

2.1. Das concessões

A controlada Celesc D, conforme definido no contrato de concessão ANEEL nº 56, de 22 de julho de 1999, na sua cláusula terceira o prazo para concessão de distribuição de energia elétrica da Celesc D vigorará até 07 de julho de 2015 para distribuição de energia elétrica em 92% do território catarinense e do município de Rio Negro/PR.

A controlada em conjunto, SCGÁS, possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina, firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos.

A controlada em conjunto, ECTE, detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica datado de 1º de novembro de 2000 com prazo de vigência de 30 anos.

A controlada Celesc G, conforme definido no contrato de concessão ANEEL nº 55, de 22 de julho de 1999, na sua cláusula segunda possui as seguintes concessões para geração de energia elétrica:

Central Geradora	Localidade	Capacidade	Data de
		Instalada (MW)	Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,60	7/11/2016
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15,00	7/11/2016
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,92	7/7/2015
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,40	7/11/2016
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,28	7/11/2016
Celso Ramos – Rio Chapecozinho	Faxinal do Guedes/SC	5,40	23/11/2021
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	4,40	9/7/2017
Caveiras – Rio Caveiras	Lages/SC	3,83	10/7/2018
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,60	7/7/2015
Pirai – Rio Pirai	Joinville/SC	0,78	7/11/2016
São Lourenço – Rio São Lourenço	Mafra/SC	0,42	(i)
Rio do Peixe – Rio do Peixe	Videira/SC	0,52	(i)
Total da Capacidade Instalada		81,15	

(i) As empresas não possuem prazo determinado de concessão.

Notas Explicativas



3. Base de Preparação

3.1. Declaração de Conformidade

3.1.1. Informações Trimestrais Consolidadas

As Informações Trimestrais Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Da mesma forma, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de elaboração (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board – IAS*, adotados no Brasil em atendimento aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

3.1.2. Informações Trimestrais Individuais

As Informações Trimestrais Individuais da Controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e são publicadas juntamente com as Informações Trimestrais consolidadas.

3.1.3. Mudanças nas Práticas Contábeis e Divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS vigendo a partir de 2011 que poderiam ter um impacto significativo nas Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas da Companhia.

3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As informações trimestrais consolidadas e de cada uma das empresas do grupo estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis críticos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.3.1. Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para o próximo exercício social estão contempladas abaixo.

Notas Explicativas



Valor Justo de Outros Instrumentos Financeiros

O valor justo de outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos Ativos Financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos.

3.4. Julgamentos Críticos na Aplicação das Políticas Contábeis da Entidade *Impairment* de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O Grupo segue as orientações do CPC 38/IAS 39 para determinar quando um Ativo Financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, o Grupo avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção nas quais o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento, mudanças na tecnologia e fluxo de caixa operacional e financeiro.

4. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Grupo para a preparação de suas Informações Trimestrais intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2012 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto, devem ser lidas conjuntamente.

5. Gestão de Risco Financeiro

5.1. Fatores de Risco Financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, de taxas de juros de valor justo, de taxas de juros de fluxo de caixa e de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

5.2. Risco de Mercado

5.2.1. Risco Cambial

O Grupo não possui contas a receber, empréstimos ou financiamentos nem contas a pagar em moedas estrangeiras.

Notas Explicativas



5.2.2. Risco de Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros

Esse risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras do Grupo. O Grupo não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a esse risco.

5.3. Risco de Crédito

Surge da possibilidade do Grupo incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

5.4. Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas áreas operacionais do Grupo e agregada pelo Departamento Econômico Financeiro – DPEF. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para o Grupo de Tesouraria. Este investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

Descrição	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de março de 2012			
Empréstimos – Saldo Balanço	188.013	121.492	19.742
Empréstimos – Não Descontado	195.384	147.257	29.001
Fornecedores	413.594	-	-
Em 31 de dezembro de 2011			
Empréstimos – Saldo Balanço	241.298	110.031	19.769
Empréstimos – Não Descontado	252.246	137.362	30.810
Fornecedores	433.503	-	-

Notas Explicativas



5.5. Riscos Operacionais

5.5.1. Risco quanto à Escassez de Energia Elétrica

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva durante a estação úmida reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema, poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria redução de receita.

No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

5.5.2. Risco de não Prorrogação das Concessões

O Grupo possui concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e distribuição de gás e tem a expectativa de que estas sejam prorrogadas pelo poder concedente. Caso as concessões não sejam prorrogadas a Companhia será indenizada pelos investimentos ainda não amortizados.

5.6. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de março de 2012.

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	Cenário Provável		
			(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI %*			7,99	9,99	11,99
	Títulos e Valores Mobiliários Circulante	15.447	1.235	1.544	1.852
	Contas a Receber não Circulante	117.322	9.380	11.725	14.070
	Empréstimos e Financiamentos (-)	(329.247)	(26.323)	(32.904)	(39.485)
WAAC Regulatório %			7,60	9,50	11,40
	Ativo Indenizável (concessões)	1.831.263	139.176	173.970	208.764

* Curva de juros futuros – BM&F DI FUT V12 – (fechamento em 10/05/2012)

Notas Explicativas



A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade dos saldos em 31 de dezembro de 2011 para comparabilidade:

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	Cenário Provável		
			(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI % *			9,28	11,60	13,92
	Títulos e Valores Mobiliários Circulante	15.062	1.398	1.747	2.097
	Contas a Receber não Circulante	121.430	11.269	14.086	16.903
	Empréstimos e Financiamentos (-)	(371.098)	(34.438)	(43.047)	(51.657)
WAAC Regulatório %			7,60	9,50	11,40
	Ativo indenizatório (concessões)	1.664.261	126.484	158.105	189.726

5.7. Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, subtraído do montante de Caixa e Equivalente de Caixa). O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

Descrição	31 de março 2012	31 de dezembro 2011
Total dos Empréstimos	329.247	371.098
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(381.024)	(442.495)
Dívida Líquida	(51.777)	(71.397)
Total do Patrimônio Líquido	2.258.968	2.174.531
Total do Capital	2.207.191	2.103.134
Índice de Alavancagem Financeira (%)	-2,35	3,28

5.8. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

Notas Explicativas



Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

O Grupo aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- ❖ Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- ❖ Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços, (Nível 2).
- ❖ Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de março de 2012. O Grupo não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição	Consolidado		
	Nível 1	Nível 3	Saldo total
Ativos			
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado			
Títulos e Valores Mobiliários de Liquidez Imediata	-	-	-
Títulos Públicos	15.447	-	15.447
Ações	-	132.796	132.796
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda			
Outros	-	217	217
Total do Ativo	15.447	133.013	148.460

A tabela abaixo apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011. O Grupo não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição	Consolidado		
	Nível 1	Nível 3	Saldo total
Ativos			
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado			
Títulos e Valores Mobiliários de Liquidez Imediata	-	-	-
Títulos públicos	15.062	-	15.062
Ações	-	132.796	132.796
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda			
Outros	-	217	217
Total do Ativo	15.062	133.013	148.075

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

Notas Explicativas



O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e utilizando o mínimo possível das estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- ❖ Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- ❖ Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

6. Instrumentos Financeiros por Categoria

A tabela abaixo apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria 31 de março de 2012.

Descrição	Consolidado			
	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Total
Ativo				
Caixa e Bancos	-	381.024	-	381.024
Títulos Públicos	15.447	-	-	15.447
Ações	132.796	-	-	132.796
Ativo Indenizável (concessões)	-	1.831.263	-	1.831.263
Contas a Receber de Clientes	-	1.466.765	-	1.466.765
Outros	-	-	217	217
	148.243	3.679.052	217	3.827.512
Passivo				
Empréstimos	-	329.247	-	329.247
Fornecedores	-	413.594	-	413.594
	-	742.841	-	742.841

A tabela abaixo apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria 31 de dezembro de 2011.

Descrição	Consolidado			
	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Total
Ativo				
Caixa e Bancos	-	442.495	-	442.495
Títulos Públicos	15.062	-	-	15.062
Ações	132.796	-	-	132.796
Ativo Indenizável (concessões)	-	2.007.406	-	2.007.406
Contas a Receber de Clientes	-	1.361.645	-	1.361.645
Outros	-	-	217	217
	147.858	3.811.546	217	3.959.621
Passivo				
Fornecedores	-	433.503	-	433.503
Empréstimos	-	371.098	-	371.098
	-	804.601	-	804.601

Notas Explicativas



7. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2012	31 de dezembro 2011
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	503.068	461.769
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 1 e 30 dias no último ano	379.048	360.487
Grupo 3 – Clientes com média de atraso entre 31 e 90 dias no último ano	82.290	83.285
Grupo 4 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias no último ano	502.359	456.104
	1.466.765	1.361.645

Todos os demais Ativos Financeiros que o Grupo mantém, principalmente, contas-correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

8. Caixa e Equivalente de Caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2012	31 de dezembro 2011	31 de março 2012	31 de dezembro 2011
Recursos em Banco e em Caixa	180	192	31.870	31.036
Títulos e Valores Mobiliários de Liquidez Imediata (*)	32.298	37.688	349.155	411.459
	32.478	37.880	381.025	442.495

(*) Os Títulos e Valores Mobiliários de Liquidez Imediata são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a certificados de depósito bancários (CDBs), remunerados em média pela taxa de 100% da variação do CDI.

9. Títulos e Valores Mobiliários

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2012	31 de dezembro 2011	31 de março 2012	31 de dezembro 2011
Mantidos para Negociação				
Títulos Públicos	-	-	15.447	15.062
Ações Casan (i)	132.796	132.796	132.796	132.796
Disponível para Venda				
Outros Investimentos	217	217	217	217
	133.013	133.013	148.460	148.075
Circulante				
	-	-	15.447	15.062
Não Circulante	133.013	133.013	133.013	133.013

Notas Explicativas



(i) Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária.

Tendo em vista a Casan não possuir liquidez em suas ações negociadas em bolsa de valores, a Companhia decidiu estabelecer por meio de bases consistentes e aceitas pelo mercado, um novo critério de avaliação do referido investimento, adotando o método do fluxo de caixa descontado.

Dessa forma, a Companhia determinou o valor justo da Casan com base nas informações econômico-financeiras da investida.

O custo histórico das ações da Casan é de R\$110.716. Na data de transição para as novas práticas contábeis (01 de janeiro de 2009) estas ações foram avaliadas pela Administração ao valor justo de R\$108.925.

Em 2010 e 2011 foram reconhecidos no resultado financeiro da Companhia os ganhos com valor justo, nos montantes de R\$16.514 e R\$7.357 respectivamente, totalizando R\$132.796 em 31 de dezembro de 2011.

10. Contas a Receber de Clientes

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado	
				31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Consumidores					
Residencial	220.176	73.605	69.447	363.228	303.686
Industrial	310.344	38.918	292.409	641.671	637.392
Comércio, Serviços e Outros	141.401	26.494	60.621	228.516	198.928
Rural	31.864	6.388	9.028	47.280	41.224
Poder Público	27.584	2.200	33.266	63.050	62.266
Iluminação Pública	14.479	148	14.318	28.945	28.511
Serviço Público	11.284	28	947	12.259	10.919
	757.132	147.781	480.036	1.384.949	1.282.926
Suprimento a Outras Concessionárias					
Concessionárias e Permissionárias	55.039	6.134	2.295	63.468	58.292
Outros Créditos	-	3.539	14.809	18.348	20.427
	-	-	-	81.816	78.719
	-	-	-	1.466.765	1.361.645
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD (b)	-	-	-	(402.614)	(381.406)
	-	-	-	1.064.151	980.239
Circulante	-	-	-	946.829	858.809
Não circulante	-	-	-	117.322	121.430

Notas Explicativas**b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD**

A composição da PCLD, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2012	31 de dezembro 2011
Consumidores		
Residencial	69.599	69.184
Industrial	216.159	196.408
Comércio, Serviços e Outras	56.610	55.533
Rural	5.445	5.154
Poder Público	33.020	33.484
Iluminação Pública	13.345	13.209
Serviço Público	928	925
Concessionárias e Permissionárias	1.453	1.454
Outros	6.055	6.055
	402.614	381.406

Segue a movimentação da PCLD:

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2010	350.252
Provisão Constituída no Período	49.780
Baixas de Contas a Receber	(21.566)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	381.406
Provisão Constituída no Período	24.141
Baixas de Contas a Receber	(2.933)
Saldo em 31 de março de 2012	402.614

No ano de 2009 a Celesc D efetuou plano de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A. e Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. Em 2011, as companhias destacadas entraram em recuperação judicial.

A Buettner S.A. e a Companhia Industrial Schlösser S.A. tiveram seus planos de recuperação judicial aprovados em 2011. Com base nesses a área Jurídica da Celesc D se posicionou acerca da probabilidade de recuperação, como segue:

No que tange a Buettner S.A., a Celesc D efetuou o provisionamento do montante total do parcelamento em aberto (R\$18.231). Embora a Companhia Industrial Schlösser S.A. teve o seu plano de recuperação judicial aprovado, a Celesc D constituiu provisão, no primeiro trimestre de 2012, no valor de R\$16.888.

Notas Explicativas



Em virtude de não ter ocorrido à aprovação do plano judicial da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. a área Jurídica entende que por a Celesc D ser a principal credora, a probabilidade de perda é remota, desta forma não foi constituída provisão para este parcelamento. O total do parcelamento desta Companhia é de R\$ 42.992.

11. Ativo Indenizável (Concessão)

Descrição	Consolidado	
	31 de	31 de
	março	dezembro
	2012	2011
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia	1.977.660	1.943.940
Ativo de Concessão – Transmissão de Energia	63.542	63.466
	2.041.202	2.007.406
Circulante	21.866	20.303
Não circulante	2.019.336	1.987.103

Os contratos de concessão de distribuição e transmissão de energia elétrica do Grupo estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC12), que trata de contabilidade de concessões.

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber do Poder Concedente (União), quando a Companhia possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de transmissão e distribuição de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados por meio da tarifa. Estes ativos financeiros são classificados como “recebíveis”.

12. Tributos a Recuperar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de	31 de	31 de	31 de
	março	dezembro	março	dezembro
	2012	2011	2012	2011
ICMS	-	-	43.195	46.556
PIS/COFINS	2.245	14.210	373	372
IRPJ e CSLL	-	-	34.219	38.121
Outros	-	-	2.150	1.985
	2.245	14.210	79.937	87.034
Circulante	2.245	14.210	62.072	73.337
Não circulante	-	-	17.865	13.697

- Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS
- Programa de Integração Social – PIS
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

Notas Explicativas



13. Transações com Partes Relacionadas

a) Transações e Saldos

	Controladora		
	Dividendos a Pagar	Outros créditos de partes relacionadas	Receitas financeiras
Em 31 de março de 2011			
Governo do Estado de SC	15.725	-	-
<i>Empréstimo para o Tesouro Estadual (i)</i>	-	9.532	876
<i>Rede Subterrânea (ii)</i>	-	4.262	-
SC Parcerias S.A.(iii)	-	51.094	1.956
	15.725	64.888	2.832
Em 31 de março de 2012			
Governo do Estado de SC	11.007	-	-
<i>Empréstimo para o Tesouro Estadual (i)</i>	-	5.013	199
<i>Rede Subterrânea (ii)</i>	-	4.262	-
SC Parcerias S.A.(iii)	-	46.582	1.488
	11.007	55.857	1.687

	Consolidado								
	Tributos a recolher*	Tributos a compensar*	Dividendos a Pagar	Contas a receber por vendas	Outros créditos de partes relacionadas	Outros passivos de partes relacionadas	Tributos - Deduções da Receita*	Receita de vendas**	Receitas financeiras
Em 31 de março de 2011									
Governo do Estado de SC	55.357	46.556	15.725	7.673	-	-	329.427	11.341	-
<i>Empréstimo para o Tesouro Estadual (i)</i>	-	-	-	-	9.532	-	-	-	876
<i>Rede Subterrânea (ii)</i>	-	-	-	-	4.262	-	-	-	-
SC Parcerias S.A.(iii)	-	-	-	-	51.094	-	-	-	1.956
Celos	-	-	-	-	-	18.113	-	-	-
	55.357	46.556	15.725	7.673	64.888	18.113	329.427	11.341	2.832
Em 31 de março de 2012									
Governo do Estado de SC	47.236	43.195	11.007	7.659	-	-	355.505	12.733	-
<i>Empréstimo para o Tesouro Estadual (i)</i>	-	-	-	-	5.013	-	-	-	199
<i>Rede Subterrânea (ii)</i>	-	-	-	-	4.262	-	-	-	-
SC Parcerias S.A.(iii)	-	-	-	-	46.582	-	-	-	1.488
Celos	-	-	-	-	-	13.600	-	-	-
	47.236	43.195	11.007	7.659	55.857	13.600	355.505	12.733	1.687

*As operações com tributos referem-se ao ICMS sobre as operações de venda de energia e são realizadas conforme a legislação específica.

**A Receita de Vendas refere-se a venda de energia ao Governo do Estado efetuadas em termos iguais aos utilizados nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.

Notas Explicativas



(i) Empréstimo para o Tesouro Estadual

Os valores contabilizados referem-se a empréstimos concedidos pela Celesc ao Tesouro Estadual do Governo do Estado de Santa Catarina entre os anos de 1985 e 1986, corrigido por OTN, BTN e UFIR até a extinção em 2000, e após, atualizados até 31 de dezembro de 2010 mediante a aplicação de juros de 10% ao ano, capitalizados mensalmente, conforme contrato firmado com o Estado de Santa Catarina, em 22 de abril de 1988.

Em 31 de janeiro de 2011, a Companhia firmou termo de acordo de extinção de débitos com o Governo do Estado de Santa Catarina. De acordo com esse termo, a liquidação dos empréstimos cedidos pela Companhia ao Tesouro Estadual do Governo do Estado de Santa Catarina ocorrerá mediante a compensação de dividendos futuros a serem propostos com base nos lucros futuros. O saldo devedor será corrigido à taxa de 10% a.a. capitalizado mensalmente.

Assim, um montante de R\$36.702 firmado no termo de acordo esta sendo liquidado com as retenções de dividendos já ocorridos nos exercícios de 2009 e 2010. O montante será liquidado totalmente na data de 28 de junho de 2012 com a retenção de dividendos que cabem ao Estado de Santa Catarina.

(ii) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou convênio de cooperação técnica com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

O montante em aberto refere-se ao valor a ser repassado pelo Estado de Santa Catarina à Companhia e está em processo de negociação.

(iii) SC Parcerias S.A.

De acordo com o Termo de Reconhecimento, Assunção e Parcelamento de Dívida firmado em 30 de abril de 2008, a dívida foi parcelada em 24 prestações mensais, cujas amortizações iniciaram em 31 de outubro de 2008.

Com a assinatura do 1º Aditivo ao Termo de Reconhecimento, Assunção e Parcelamento de Dívida em janeiro de 2011, o valor remanescente da dívida foi renegociado em 42 parcelas mensais com o primeiro pagamento em 31 de janeiro de 2011, sendo o saldo devedor corrigido à alíquota de 1% ao mês. Salientamos que as prestações referentes ao 1º Termo Aditivo estão sendo pagas regularmente pela SC Parcerias.

Notas Explicativas



b) Remuneração dos Administradores

A remuneração dos administradores (conselho de administração, conselho fiscal e diretoria executiva) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2012	31 de março 2011	31 de março 2012	31 de março 2011
Administradores				
Honorários	1.446	617	1.806	1.076
Participação nos Lucros e/ou Resultados	-	-	30	-
Encargos Sociais	377	116	377	254
Outros	7	46	24	57
	1.830	779	2.237	1.387

14. Investimentos em Controladas e Coligadas

	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2012	31 de dezembro 2011	31 de março 2012	31 de dezembro 2011
Controladas				
Celesc D	1.560.679	1.484.444	-	-
Celesc G	313.786	306.346	-	-
	1.874.465	1.790.790	-	-
Controladas em conjunto				
SCGás	78.161	77.293	-	-
ECTE	37.432	38.346	-	-
	115.593	115.639	-	-
Coligadas				
Dfesa	27.756	25.844	27.756	25.844
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão para perda em investimento	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
	27.756	25.844	27.756	25.844
	2.017.814	1.932.273	27.756	25.844

Notas Explicativas



a) Informações sobre Investimentos

	Controladora						
	Milhares de ações possuídas pela Companhia		Participação da Companhia		Patrimonio	Total de Ativos	Lucro líquido/prejuízo ajustado
	Ordinárias	Preferenciais	Nº capital social - %	Nº capital votante - %	Líquido ajustado		
Em 31 de março de 2012							
Celesc D	630.000	-	100%	100%	1.560.679	4.537.601	76.235
Celesc G	43.209	-	100%	100%	313.786	395.896	4.440
ECTE	13.001	-	30,88%	30,88%	121.198	236.837	8.444
SCGás	45.476	-	17%	51%	183.418	311.259	7.265
Dfesa	153.382	-	23,03%	23,03%	120.519	364.419	8.304
Cubatão	1.600	-	40%	40%	1.656	5.530	-
Em 31 de dezembro de 2011							
Celesc D	630.000	-	100%	100%	1.484.444	4.497.271	287.410
Celesc G	43.209	-	100%	100%	306.346	395.301	13.805
ECTE	13.001	-	30,88%	30,88%	124.158	233.504	30.008
SCGás	45.476	-	17%	51%	176.147	311.553	43.988
Dfesa	153.382	-	23,03%	23,03%	112.215	370.508	34.532
Cubatão	1.600	-	40%	40%	1.656	5.530	(27)
Consolidado							
	Milhares de ações possuídas pela Companhia		Participação da Companhia		Patrimonio	Total de Ativos	Lucro líquido/prejuízo ajustado
	Ordinárias	Preferenciais	Nº capital social - %	Nº capital votante - %	Líquido ajustado		
Em 31 de março de 2012							
Dfesa	153.382	-	23,03%	23,03%	120.519	364.419	8.304
Cubatão	1.600	-	40%	40%	1.656	5.530	-
Em 31 de dezembro de 2011							
Dfesa	153.382	-	23,03%	23,03%	112.215	370.508	34.532
Cubatão	1.600	-	40%	40%	1.656	5.530	(27)

b) Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SC Gás	Dfesa	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.484.444	306.346	38.346	77.293	25.844	1.932.273
Integralizações		3.000				3.000
Dividendos Creditados			(3.522)			(3.522)
Amortização Ágio				(367)		(367)
Resultado de Equivalência Patrimonial	76.235	4.440	2.608	1.235	1.912	86.430
Saldo em 31 de março de 2012	1.560.679	313.786	37.432	78.161	27.756	2.017.814
Consolidado						
Descrição	Dfesa	Cubatão	Total			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	25.844	-	25.844			
Integralizações	-	-	-			
Dividendos Creditados	-	-	-			
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.912	-	1.912			
Saldo em 31 de março de 2012	27.756	-	27.756			

Notas Explicativas



15. Imobilizado

a) Composição do Saldo

Descrição	Consolidado						Total
	Terrenos	Reservatórios Barragens e Aduadoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	20.202	169.246	37.911	54.506	70.672	17.568	370.105
Custo do Imobilizado	20.202	185.914	44.800	77.053	71.015	17.568	416.552
Depreciação Acumulada	-	(16.668)	(6.889)	(22.547)	(343)	-	(46.447)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	20.202	169.246	37.911	54.506	70.672	17.568	370.105
Adições	-	47	534	843	4.206	2.207	7.837
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(709)	(83)	(883)	(39)	-	(1.714)
Saldo em 31 de março de 2012	20.202	168.584	38.362	54.466	74.839	19.775	376.228
Custo do Imobilizado	20.202	185.961	45.334	77.896	75.221	19.775	424.389
Depreciação Acumulada	-	(17.377)	(6.972)	(23.430)	(382)	-	(48.161)
Saldo em 31 de março de 2012	20.202	168.584	38.362	54.466	74.839	19.775	376.228

b) Custo Atribuído – *deemed cost*

A Celesc G efetuou o registro do custo atribuído (*deemed cost*) para todas as classes de imobilizado, em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitido pelo CPC, baseada em avaliação efetuada por avaliadores independentes, aprovado pelo Conselho de Administração.

Da mesma forma, foram modificadas as taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado em virtude da nova vida útil estimada destes, conforme Pronunciamento Técnico 27 – Ativo Imobilizado.

Em consequência, em 1^o de janeiro de 2009, foi registrada mais valia dos ativos e foram modificadas as taxas de depreciação dos bens do imobilizado em virtude de nova estimativa de vida útil-econômica destes. Consequentemente, ocorreu um aumento de R\$227.643 mil em relação ao valor contábil de acordo com o BR GAAP.

16. Intangível

Descrição	31 de dezembro 2011	Adições	Amortizações	Controladora
				31 de março 2012
Contrato de Concessão ECTE	8.583	-	(15)	8.568

Notas Explicativas



	Contratos de concessão (a)				Consolidado
	Celesc D	SCGás	Sotwares adquiridos	Ágios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	523.590	33.040	2.746	57.005	616.381
Custo Total	941.444	67.261	2.746	61.592	1.073.043
Amortização acumulada	(417.854)	(34.221)	-	(4.587)	(456.662)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	523.590	33.040	2.746	57.005	616.381
Adições	19.883	1.712	22	-	21.617
Baixas	(7.801)	(9)	-	-	(7.810)
Amortizações	(42.301)	(1.155)	(8)	(382)	(43.846)
Saldo em 31 de março de 2012	493.371	33.588	2.760	56.623	586.342
Custo Total	953.526	68.964	2.768	61.592	1.086.850
Amortização acumulada	(460.155)	(35.376)	(8)	(4.969)	(500.508)
Saldo em 31 de março de 2012	493.371	33.588	2.760	56.623	586.342
Taxa média de amortização %	15	10			

Os ágios gerados na aquisição da SCGÁS e da ECTE estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos das referidas empresas.

(a) Contratos de Concessão

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composto pelos ativos da distribuição de energia elétrica e gás natural, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais), quando aplicáveis.

Referente à subsidiária Celesc Distribuição S.A. a ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de concessão do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação destas taxas. As taxas estabelecidas pelo órgão regulador são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

Notas Explicativas**17. Resultado com Imposto de Renda e Contribuição Social****a) Composição do IRPJ e CSLL Diferidos**

Descrição	Consolidado			
	Diferido Ativo		Diferido Passivo	
	31 de março 2012	31 de dezembro 2011	31 de março 2012	31 de dezembro 2011
Diferenças temporárias				
Provisão para Contingências	117.182	116.921	-	-
Provisão para Perdas em Ativos	31.790	32.543	-	-
Benefício Pós-Emprego	186.067	191.647	-	-
Custo Atribuído	-	-	71.919	72.389
Outras Provisões	66.854	67.451	67.496	71.753
	401.893	408.562	139.415	144.142

b) Período Estimado de Realização

Os valores dos ativos, líquidos dos passivos fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização:

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2012	31 de dezembro 2011
Até 1 ano	30.977	37.183
De 1 a 2 anos	62.800	62.800
De 2 a 3 anos	60.854	60.854
De 3 a 4 anos	61.362	61.362
De 4 a 6 anos	70.643	70.643
De 6 a 8 anos	59.080	59.080
De 8 a 10 anos	56.177	56.640
	401.893	408.562

A base tributável do IRPJ e da CSLL decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o Lucro Líquido da Companhia e o resultado do IRPJ e da CSLL.

Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

c) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas



	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2012	31 de março 2011	31 de março 2012	31 de março 2011
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	84.436	116.265	129.669	173.466
Alíquota nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	28.708	39.530	44.087	58.978
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	(29.386)	(39.588)	(650)	(617)
Benefício Fiscal	-	-	174	535
Incentivo Fiscal	-	-	4	-
Multas Indedutíveis	-	-	1.046	-
Participação dos Administradores	84	19	97	39
Outras Adições/exclusões	594	124	474	(1.648)
IRPJ e CSLL	-	85	45.232	57.287
Corrente	-	85	43.723	55.461
Diferido	-	-	1.509	1.826
	-	85	45.232	57.287

d) Regime Tributário de Transição – RTT

O RTT possui vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2008, conseqüentemente, para fins de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social do período, e continua a utilizar as prerrogativas definidas no RTT.

18. Empréstimos e Financiamentos

Descrição	Taxa anual de juros e comissões - %	31 de março	31 de dezembro
		2012	2011
BNDES	TJLP + 4,50	6.356	4.008
Empréstimos Bancários (a)	106% CDI	97.671	103.376
Eletrobrás (b)	5,00	141.982	151.092
Finame (c)	CDI + 0,97	28.294	27.713
Debêntures (d)	CDI+ 1,30	20.214	21.484
FIDC – Celesc I (e)	5,00	34.730	63.425
		329.247	371.098
Circulante		188.013	241.298
Não circulante		141.234	129.800

Notas Explicativas



Os contratos de Empréstimo e Financiamentos são garantidos pelos recebíveis da Celesc D conforme despachos de anuência emitidos pela ANEEL.

a) Empréstimos Bancários

Em 03 de dezembro de 2007, a Celesc D, contratou junto ao Banco do Brasil Financiamento para Liquidação de Débitos junto a Celos, com aplicação de taxa de juros de 106% do CDI.

Em 14 de abril de 2011, a Celesc D, contratou junto ao Banco do Brasil Financiamento de Capital de Giro, com aplicação de taxa de juros de 10,692% a.a. mais Índice de Remuneração da Poupança – IRP.

Tal operação contempla o montante de R\$ 80,0 milhões para utilização sob a forma de Capital de Giro, tendo prazo total de quitação de 18 meses com carência de 12 meses para pagamento do capital e juros, divididos em seis parcelas mensais. Estes contratos têm como garantias os recebíveis e estão anuídos pela ANEEL.

b) Eletrobrás

Os Empréstimos e Financiamentos contratados destinam-se aos programas de eletrificação rural e outros, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. Em geral estes contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 meses, taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2% a.a. Estes contratos têm como garantias os recebíveis e estão anuídos pela ANEEL.

c) Finame

O empréstimo contratado destinou-se a suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D, destinando-se a compra de máquinas e equipamentos. Neste caso cada aquisição de equipamento constitui um contrato. A totalidade dos recursos deverá ser aplicada nos anos 2011 e 2012 e possui taxas de juros de 4,5% a.a. a 8,7% a.a.. O valor contratado pode chegar a R\$50 milhões, amortizados em 96 meses a partir de agosto de 2011. Em caso de inadimplência, a garantia esta vinculada aos recebíveis do contratante e estão anuídos pela ANEEL.

d) Debêntures

Emissão em série única de 75 debêntures realizada pela ECTE, em 16 de março de 2011, no valor de R\$75.000, com prazo de vigência de 5 anos a contar da data de emissão. A espécie das debêntures é simples, não conversível em ações, escriturais e nominativas.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia (*over* extra grupo), calculadas e divulgadas pela CETIP (“Taxa DI”), no Informativo Diário, disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de uma sobretaxa (*spread*) de 1,30% ao ano, com base em 252 dias úteis.

Notas Explicativas



O valor nominal unitário das debêntures será amortizado a partir do 6º (sexto) mês, contado da data de emissão, em parcelas mensais e consecutivas, conforme cronograma disposto na escritura de emissão das debêntures, iniciando em 16 de setembro de 2011.

O valor atualizado para o trimestre findo em 31 de março de 2012 é de R\$65.452, sendo consolidado proporcionalmente na Companhia pelo montante de R\$20.214, que representa 30,88493% do saldo total.

e) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC

O FIDC é uma modalidade de fundo de investimento cujos ativos são compostos de direitos creditórios. A Celesc D ofereceu como recebíveis, os direitos creditórios referentes ao consumo futuro de energia elétrica de unidades consumidoras pré-selecionadas, todas com perfil de adimplência.

Os maiores compradores das quotas oferecidas pela Celesc D foram fundos de investimento, que adquiriram 179 quotas, somando R\$179 milhões. Os outros investidores foram entidades de previdência privada, com R\$11 milhões e uma instituição financeira, com R\$10 milhões, totalizando R\$200 milhões, captados em 2007. Cada quota foi comercializada a R\$1 milhão, no sistema *bookbuilding*, coordenado pelo BB Investimentos, em conjunto com o ABC Banking Corporation.

De acordo com as práticas contábeis no Brasil, o FIDC foi consolidado e a parcela do passivo referente às quotas adquiridas por terceiros são apresentadas como dívida no passivo.

Composição dos Vencimentos de Longo Prazo

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2012	31 de dezembro 2011
Um a cinco anos	121.492	110.031
Acima de cinco anos	19.742	19.769
	141.234	129.800

19. Tributos e Contribuições Sociais

a) Composição

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2012	31 de dezembro 2011	31 de março 2012	31 de dezembro 2011
ICMS			55.357	47.823
PIS/COFINS		7.473	28.893	32.729
REFIS (i)	2.958	2.960	2.958	2.960
IRPJ e CSLL	-	5.257	50.485	31.592
INSS Parcelamento	-	-	10.139	10.522
Outros	165	48	4.495	5.381
	3.123	15.738	152.327	131.007
Circulante	1.916	14.531	151.120	129.800
Não Circulante	1.207	1.207	1.207	1.207

Notas Explicativas



(i) Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, instituído pela Lei Federal nº 11.941 de 27 de maio de 2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais de parcelamentos ativos por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais.

As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

- a) parcelamento de débitos vencidos até 30 de novembro de 2008;
- b) inclusão de débitos já parcelados anteriormente (REFIS, PAES, PAEX e Parcelamentos Ordinários);
- c) redução de multa e juros, de acordo com origem do débito (juros, multas e encargos legais), assim como prazo determinado para quitação do parcelamento;
- d) não tributação dos benefícios gerados na aplicação das reduções legais;
- e) utilização de prejuízos fiscais acumulados para quitação do valor devido de juros e multas; e
- f) parcelamento em até 180 vezes, atualizado pela Selic.

A movimentação referente aos pagamentos efetuados em virtude do parcelamento está descrita no quadro a seguir:

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.960	2.960
(-) Amortizações no período	(2)	(2)
Saldo em 31 de março de 2012	2.958	2.958
Circulante	1.751	1.751
Não circulante	1.207	1.207

Em cumprimento ao disposto no artigo 1º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº2, a Companhia, em 31 de março de 2012, prestou as informações necessárias à consolidação das modalidades de parcelamento. Enquanto o processo de consolidação não é concluído, a Companhia está quitando as parcelas prefixadas pela Receita Federal do Brasil – RFB.

20. Taxas Regulamentares

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2012	31 de dezembro 2011
Programa de Eficiência Energética – PEE	167.560	159.159
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	53.628	53.921
Conta de Consumo de Combustível – CCC	23.590	23.590
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	65.998	63.111
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	17.323	15.448
Encargos do Consumidor a Recolher	2.182	1.901
Reserva Global de Reversão – RGR	4.122	4.181
Outros	1.538	1.471
	335.941	322.782
Circulante	177.222	174.941
Não Circulante	158.719	147.841

Notas Explicativas



21. Provisão para Contingências

Nas datas das Informações Trimestrais, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

Descrição	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Contingências	
	31 de março 2012	31 de dezembro 2011	31 de março 2012	31 de dezembro 2011
Contingências:				
Tributária	24	24		
Regulatórias	6.627	6.627	6.627	6.627
	6.651	6.651	6.627	6.627

Descrição	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Contingências	
	31 de março 2012	31 de dezembro 2011	31 de março 2012	31 de dezembro 2011
Contingências:				
Tributária	3.080	3.080	11.369	11.376
Trabalhistas	80.666	78.821	106.976	108.907
Cíveis	21.340	19.212	322.342	322.232
Regulatórias	46.097	46.065	48.944	46.692
	151.183	147.178	489.631	489.207

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisões para Contingências
Saldo em 31 de dezembro de 2011	6.651	6.627	147.178	489.207
Adições	-	-	8.845	3.922
Baixas	-	-	(4.840)	(3.498)
Saldo em 31 de março de 2012	6.651	6.627	151.183	489.631

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e regulatórios, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela área Jurídica da Companhia e de seus consultores jurídicos externos.

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

Contingências Tributárias

Estão relacionadas a contingências de ordem tributárias na esfera municipal e estadual.

Notas Explicativas



Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados Do Grupo e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos e outros.

Contingências Cíveis

Decorre de ações judiciais movidas pelos consumidores (classe industrial), que reivindicam o reembolso de valores pagos resultantes da majoração da tarifa de energia elétrica, com base nas Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado. A Celesc D constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza.

Quanto ao efeito sobre os anos subsequentes, denominados “Efeito Cascata”, não é possível no momento avaliar as possíveis decisões do Judiciário bem como estimar os possíveis efeitos. Também foram constituídas provisões de diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Celesc D é ré, relativas a questões de indenizações causadas por falha na rede de energia elétrica, desapropriação e outras.

Contingências Regulatórias

A Celesc D foi autuada pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. A Celesc D recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas.

Perdas Possíveis, não Provisionadas

O Grupo tem ações de naturezas tributária, trabalhista cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2012	31 de dezembro 2011
Contingências:		
Tributárias	1.385	1.385
Trabalhistas	1.476	1.149
Cíveis	14.863	14.635
Regulatório	9.133	9.133
	26.857	26.302

Notas Explicativas



22. Passivo Atuarial

Obrigações Registradas	31 de março 2012	31 de dezembro 2011
Planos Previdenciários	610.755	608.009
Plano Misto (a)	188.672	187.824
Plano Transitório (b)	422.083	420.185
Outros Benefícios a Empregados	439.614	457.694
Plano Celos Saúde (b)	340.947	351.928
Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (c)	66.597	73.254
Plano Pecúlio (d)	32.070	32.512
	1.050.369	1.065.703
Circulante	119.103	115.908
Não Circulante	931.266	949.795

A Celesc D é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a complementação de aposentadoria para os participantes representados basicamente pelos seus empregados.

a) Planos Previdenciários

A partir de janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar para os novos empregados com características de contribuição variável, denominado “Plano Misto”, contemplando a renda de aposentadoria programada. Para os participantes que pertenciam ao plano transitório foi elaborado um processo de migração dando oportunidade aos participantes do referido plano migrarem para o Plano Misto. Este processo de migração se deu em dois períodos: de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela migração.

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e contribuição definida para as contribuições posteriores a transição. O plano anterior de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo quase que exclusivamente participantes aposentados e seus beneficiários.

A Celesc D firmou, em 30 de novembro de 2001, o contrato para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Em outubro de 2010 por meio de termo aditivo houve a mudança do indexador de atualização de Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica).

Notas Explicativas



c) Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI

Por meio da Deliberação nº 243, de 09 de dezembro de 2002, a Celesc D aprovou o PDVI, o qual foi homologado pelo Governo do Estado de Santa Catarina visando à redução de custos operacionais.

Esse programa foi implementado a partir de janeiro 2003 e teve a adesão de 1.089 empregados. Até 31 de março de 2012 a Celesc D havia quitado o débito com 800 beneficiários (780 em 31 de dezembro de 2011).

d) Outros Benefícios

Trata-se de valores de referência de indenização por morte natural ou acidental (Plano Pecúlio), Auxílio Deficiente, Auxílio Funeral e Benefício Mínimo a Aposentadoria.

23. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.017.700.000,00, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As Ações Preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

Do total do capital subscrito no 1º trimestre de 2012, 20,13% está representado por investidores estrangeiros, detendo um volume de 7.764.084 ações, na grande maioria preferenciais.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
PREVI	5.140.864	33,11	437.807	1,90	5.578.671	14,46
Celos	1.087.374	7,00	230.800	1,00	1.318.174	3,42
Geração Futuro (Fundo Investimento)	499.600	3,22	3.333.600	14,47	4.499.300	11,66
Eletrobrás	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Tarpon Investimento (Fundo Investimento)	-	-	5.178.823	22,47	5.178.823	13,43
MCAP Poland FIA	-	-	2.621.200	11,37	2.335.900	6,06
Outros	1.004.056	6,47	6.718.459	29,15	7.722.515	20,02
	15.527.137	40,28	23.044.454	59,74	38.571.591	100,00

b) Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Notas Explicativas



A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembléia Geral dos Acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

24. Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de março de 2012, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

						Consolidado
Empresa Ramo	Ativos Cobertos	Data da Vigência	Importância Segurada		Prêmio	
Celesc D Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionária	08.11.2011 à 31.12.2012	400.000	0,40% valor segurado para as apólices	8	
Celesc D Riscos Nomeados	Prédio Sede	01.01.2012 à 31.12.2012	52.360		8	
Celesc D Transporte Nacional	Transporte Mercadorias	01.01.2012 à 31.12.2012	3.500	0,5% valor do embarque		
SCGÁS Resp. Civil Geral	Rede de Distribuição	18.10.2011 à 18.10.2012	6.000		213	
ECTE Riscos Nomeados	Diversos	21.12.2011 à 21.12.2012	11.800		2	
ECTE Resp. Civil Geral	Diversos	07.07.2011 à 07.07.2012	2.500		8	
ECTE Multiriscos	Incêndio, raio, explosão e vendaval	21.04.2011 à 21.04.2012	25.000		27	
Celesc G Incêndio/Raio/explosão	Usinas e Subestações	08.06.2011 à 08.06.2012	18.768		200	
Celesc G Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.06.2011 à 08.06.2012	9.384	Pos 10% Prej. Min. 50 mil		
Celesc G Vendaval	Usinas e Subestações	08.06.2011 à 08.06.2012	9.384	Pos 10% Prej. Min. 50 mil		
Celesc G Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.06.2011 à 08.06.2012	18.768		200	

As premissas de risco adotadas, em razão de sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações trimestrais, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

25. Informações por Segmento de Negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondentes ao exercício findo em 31 de março de 2012 e 2011, são as seguintes:

Notas Explicativas



Em 31 de março 2012

	Controladora	Celesc Distribuição	Celesc Geração	SC Gás	Outros	Ajustes de Consolidação	Total
Receita	-	1.105.099	13.613	21.335	5.231	(723)	1.144.555
Custo das vendas	-	(867.032)	(4.916)	(18.521)	(328)	723	(890.074)
Lucro bruto	-	238.067	8.697	2.814	4.903	-	254.481
Despesas com vendas	-	(51.745)	-	(261)	(2)	-	(52.008)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.272)	(63.854)	(1.904)	(730)	(256)	-	(71.016)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	(18.502)	(369)	20	-	-	(18.851)
Participação nos lucros de controladas	86.430	-	113	-	-	(84.631)	1.912
Lucro operacional	82.158	103.966	6.537	1.843	4.645	(84.631)	114.518
Receitas financeiras	2.661	32.713	395	117	76	-	35.962
Despesas financeiras	(383)	(19.534)	(213)	(35)	(647)	-	(20.812)
Lucro antes IR e CSLL	84.436	117.145	6.719	1.925	4.074	(84.631)	129.668
IR e CSLL	-	(40.910)	(2.279)	(690)	(1.353)	-	(45.232)
Lucro líquido do exercício	84.436	76.235	4.440	1.235	2.721	(84.631)	84.436
Informações suplementares							
Total dos ativos	2.319.290	4.537.601	395.896	52.913	96.204		
Total dos passivos	60.322	2.976.923	82.110	21.732	44.832		

Em 31 de março 2011

	Controladora	Celesc Distribuição	Celesc Geração	SC Gás	Outros	Ajustes de Consolidação	Total
Receita	-	1.019.942	13.165	19.731	4.747	(727)	1.056.858
Custo das vendas	-	(780.079)	(5.753)	(14.178)	(216)	713	(799.513)
Lucro bruto	-	239.863	7.412	5.553	4.531	(14)	257.345
Despesas com vendas	-	(37.810)	-	(276)	-	-	(38.086)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.992)	(38.802)	(1.760)	(765)	(176)	14	(44.481)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	(16.467)	-	(118)	(24)	-	(16.609)
Participação nos lucros de controladas	116.436	-	(21)	-	-	(114.600)	1.815
Lucro operacional	113.444	146.784	5.631	4.394	4.331	(114.600)	159.984
Receitas financeiras	3.584	23.471	812	511	132	-	28.510
Despesas financeiras	(763)	(13.704)	(2)	(79)	(479)	-	(15.027)
Lucro antes IR e CSLL	116.265	156.551	6.441	4.826	3.984	(114.600)	173.467
IR e CSLL	(85)	(52.218)	(2.184)	(1.642)	(1.159)	-	(57.288)
Lucro líquido do exercício	116.180	104.333	4.257	3.184	2.825	(114.600)	116.179
Informações suplementares							
Total dos ativos	2.128.029	4.272.025	352.558	57.756	1.705.939		
Total dos passivos	71.343	2.899.632	87.430	20.397	31.058		

Notas Explicativas



26. Receita Operacional Celesc D

	31 de março 2012	31 de março 2011
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica (a)	1.525.127	1.410.628
Suprimento de energia elétrica (a)	29.070	32.679
Disponibilização da rede elétrica	87.143	75.375
Arrendamento e aluguéis		
Renda de prestação de serviços		
Outras receitas operacionais	16.377	11.512
Receita de financeira sobre o ativo indenizatório	41.633	41.965
Receita de construção	66.927	46.469
	1.766.277	1.618.629
Deduções da receita operacional		
ICMS	(355.505)	(329.497)
PIS	(28.039)	(25.792)
COFINS	(129.152)	(118.799)
Reserva global de reversão - RGR	(12.289)	(3.322)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(51.970)	(46.342)
Conta de consumo de combustíveis - CCC	(70.768)	(62.624)
Pesquisa e desenvolvimento - P & D	(5.140)	(4.731)
Programa de eficiência energética - PEE	(5.140)	(4.731)
Outros encargos	(3.175)	(2.849)
	(661.178)	(598.687)
Receita Operacional Líquida - ROL	1.105.099	1.019.942

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores(i)		MW(i)		Receita Bruta(i)	
	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.03.2011
Residencial	1.888.533	1.846.340	1.277.075	1.235.432	547.769	485.890
Industrial	86.956	82.124	1.136.292	1.193.351	422.745	429.608
Comercial	215.905	189.549	915.526	816.637	380.350	336.817
Rural	229.607	228.693	325.472	308.527	79.790	73.685
Poder Público	19.007	18.321	100.542	92.172	41.419	36.819
Iluminação Pública	459	429	130.632	118.715	29.131	26.056
Serviço Público	2.344	2.158	75.412	69.706	23.923	21.753
Total do Fornecimento	2.442.811	2.367.614	3.960.951	3.834.540	1.525.127	1.410.628
Suprimento de Energia	47	49	325.666	355.505	29.070	32.679
Total	2.442.858	2.367.663	4.286.617	4.190.045	1.554.197	1.443.307

(i) Informações não auditadas

Notas Explicativas



28. Receita Operacional Celesc G

Descrição	31 de março 2012	31 de março 2011
Receita Operacional Bruta	15.236	14.944
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	7.428	6.521
Suprimento de Energia Elétrica (a)	7.808	8.423
Deduções da Receita Operacional	(1.623)	(1.779)
ICMS	(1.001)	(1.016)
PIS	(97)	(123)
COFINS	(447)	(567)
Reserva Global de Reversão - RGR	(78)	(73)
Receita Operacional Líquida	13.613	13.165

a) Fornecimento de Energia Elétrica

Descrição	2012		2011		31 de março	
	Nº de Consumidores(i)	MWh(i)	Nº de Consumidores(i)	MWh(i)	Receita Bruta	Receita Bruta
Fornecimento de Energia Elétrica e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	13	51	9	43	6.981	6.012
Comercial, Serviços e Outros	1	3	1	3	447	509
Suprimento de Energia	3	80	2	84	7.808	8.423
	17	134	12	130	15.236	14.944

(i) Informações não auditadas

30. Receita Operacional Consolidada

Descrição	31 de março 2012	31 de março 2011
Receita Operacional Bruta	1.813.627	1.663.091
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	1.532.851	1.417.149
Suprimento de Energia Elétrica (a)	36.878	39.706
Fornecimento de Gás Natural (a)	27.236	25.159
Disponibilização da Rede Elétrica	86.434	79.747
Receita de Construção	66.927	46.469
Receita de Financeira sobre o Ativo Indenizatório	46.938	41.965
Outras receitas Operacionais	16.363	12.896
Deduções da Receita Operacional	(669.072)	(606.233)
ICMS	(359.937)	(333.656)
PIS	(28.611)	(26.354)
COFINS	(131.786)	(121.388)
ISS	(92)	-
Reserva Global de Reversão - RGR	(12.498)	(3.514)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(51.970)	(46.342)
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	(70.768)	(62.624)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	(5.188)	(4.775)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(5.140)	(4.731)
Outros encargos	(3.082)	(2.849)
Receita Operacional Líquida	1.144.555	1.056.858

Notas Explicativas



a) Fornecimento de Energia e Gás

Descrição	Consolidado em 31 de março					
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
	Nº de Consumidores(i)		MWh(i)		Receita Bruta(i)	
Fornecimento de Energia Elétrica e						
Suprimento de Energia Elétrica						
Residencial	1.888.533	1.846.340	1.277.075	1.235.432	547.769	503.812
Industrial	86.969	82.133	1.136.343	1.235.375	430.022	427.295
Comercial, Serviços e Outros	215.906	189.550	915.529	819.893	380.797	330.798
Rural	229.607	228.693	325.472	308.527	79.790	72.256
Poder Público	19.007	18.321	100.542	92.172	41.419	36.105
Iluminação Pública	459	429	130.632	118.715	29.131	25.551
Serviço Público	2.344	2.158	75.412	69.706	23.923	21.332
Suprimento de Energia	50	51	325.746	465.777	36.878	39.706
	2.442.875	2.367.675	4.286.751	4.345.597	1.569.729	1.456.855
Fornecimento de Gás Natural						
	Nº de consumidores(i)		M³ mil(i)		Receita Bruta(i)	
Industrial	218	196	126.992	128.925	20.389	19.126
Veicular	116	114	30.058	28.957	5.948	5.297
Comercial	244	203	1.311	1.156	361	298
Residencial	2.515	1.593	79	59	31	22
Comprimido	17	17	3.222	2.937	507	416
	3.110	2.123	161.662	162.034	27.236	25.159

(i) Informações não auditadas

31. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Descrição	Consolidado em 31 de março 2012				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas com Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	666.621	-	-	-	666.621
Pessoal (b)	80.539	10.743	30.998	1.966	124.246
Administradores	-	12	2.305	-	2.317
Despesa Atuarial	-	-	12.985	-	12.985
Material	4.716	1	1.700	-	6.417
Custo de Construção	66.927	-	-	-	66.927
Gás natural e Insumos p/ Operação de Gás	16.790	-	-	-	16.790
Custos e serviços de Terceiros	12.619	13.140	14.804	156	40.719
Depreciação e Amortização	37.585	-	7.550	-	45.135
Provisões Líquidas	-	21.208	-	652	21.860
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	2.767	2.767
Comp. Fnc. p/ utilização Recursos Hídricos	-	-	-	288	288
Outros custos e despesas	4.277	6.904	674	13.022	24.877
	890.074	52.008	71.016	18.851	1.031.949

Notas Explicativas

Consolidado 31 de março 2011					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas com Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	599.442	-	-	-	599.442
Pessoal (b)	72.216	10.762	29.557	8	112.543
Administradores	-	-	1.387	-	1.387
Previdência Privada	4.344	-	-	-	4.344
Despesa Atuarial	5.550	837	2.153	8.540	17.080
Material	4.803	2	1.525	-	6.330
Custo de Construção	46.469	-	-	-	46.469
Gás natural e Insumos p/ Operação de Gás	12.756	-	-	-	12.756
Custos e Serviços de Terceiros	14.751	15.165	13.558	165	43.639
Depreciação e Amortização	36.122	-	5.472	-	41.594
Provisões Líquidas	-	3.584	-	2.091	5.675
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	2.387	2.387
Comp. Fnc p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	-	-
Outros Custos e Despesas	3.060	7.736	(9.171)	3.418	5.043
	799.513	38.086	44.481	16.774	898.689

Notas Explicativas



a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado			
	31 de março 2012	GWh (i)	31 de março 2011	GWh (i)
Energia elétrica comprada para revenda				
Tractebel Energia S.A.	107.908	758	107.837	817
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	104.464	1.097	99.577	1.162
Furnas Centrais Elétricas S.A.	49.389	374	40.335	412
Cemig Geração e Transmissão S.A.	42.751	281	37.920	284
Companhia Energética de São Paulo – CESP	33.377	257	33.023	274
Copel Geração e Transmissão S.A.	32.407	265	35.259	302
Termoelétricas Petrobrás S.A.	28.527	328	29.389	325
Cia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF	22.852	199	24.306	226
Cia de Ger. Term. de E.E. – CGTEE	11.888	101	16.863	109
Lages Bioenergética Ltda	10.234	48	9.341	48
Foz do Chapecó Energia S.A.	8.731	54	-	-
Companhia Energética Estreito	8.307	53	-	-
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	5.564	69	5.075	68
Energética Camacari Muricy S.A.	4.904	69	4.478	59
Arembepe Energia	4.880	60	5.959	59
Serra do Facão Energia S.A.	4.079	25	-	-
Companhia Energética de Petrolina	3.991	50	3.735	49
Energética Suape II S.A.	3.702	51	-	-
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.	3.276	29	3.463	33
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	2.954	14	-	-
Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte	2.766	27	-	-
Empresa Energética Porto das Pedras	2.756	13	-	-
Companhia Energética Potiguar S.A.	2.608	33	-	-
Açucareira Zillo Lorenzetti S.A.	2.444	17	-	-
Rio PCH S.A.	2.297	14	-	-
Santa Cruz Power Corp Usinas Hidro	2.176	14	-	-
Energest S.A.	2.149	16	-	-
Ceb	2.089	12	-	-
Enguia	1.624	34	-	-
Outros	26.677	434	49.225	528
	541.771	4.796	502.050	4.755
Encargo de Uso da Rede Elétrica	117.520	-	97.483	
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	48.303	56	29.401	32
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas - PROINFA	26.927	101	19.902	92
Créditos PIS e COFINS	(67.900)	-	(49.394)	-
	124.850	157	97.392	124
	666.621	4.953	599.442	4.879

(i) Informações não auditadas

Notas Explicativas



b) Pessoal

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2012	31 de março 2011	31 de março 2012	31 de março 2011
Pessoal				
Remunerações	1.675	1.073	70.352	62.856
Encargos Sociais	-	6	26.555	27.774
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	4.379	4.365
Benefícios Assistenciais	5	-	6.747	6.298
Provisões e Indenizações	2	52	16.213	11.234
Outros	-	5	-	16
	1.682	1.136	124.246	112.543

32. Resultado Financeiro

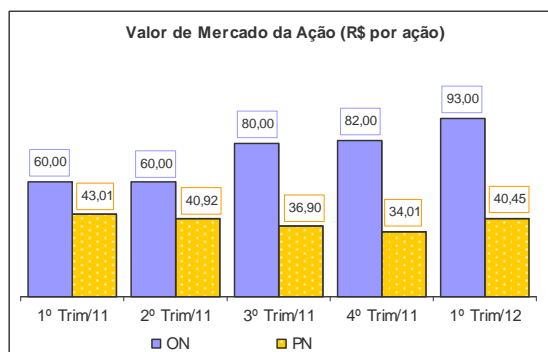
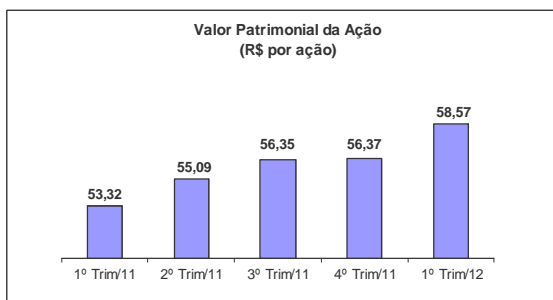
Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2012	31 de março 2011	31 de março 2012	31 de março 2011
Receitas financeiras				
Renda de Aplicações Financeiras	860	873	7.275	4.298
Juros sobre contas a Receber	1.687	2.679	14.700	13.618
Variações Monetárias	10	32	3.518	4.033
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	3.900	3.900
Desvalorização Cambial s/ Energia Vendida	-	-	4.562	1.953
Rendas de Dividendos	-	-	-	-
Ganho com Valor Justo	-	-	-	-
Ajuste a Valor Presente	-	-	-	-
Outras Receitas Financeiras	104	-	2.007	708
	2.661	3.584	35.962	28.510
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	-	-	(7.383)	(7.417)
Variações Monetárias	-	-	(1.352)	(187)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(5.425)	(4.775)
Outras Despesas Financeiras	(383)	(763)	(6.652)	(2.648)
	(383)	(763)	(20.812)	(15.027)

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

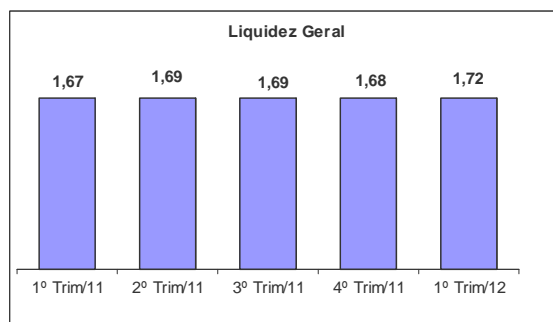
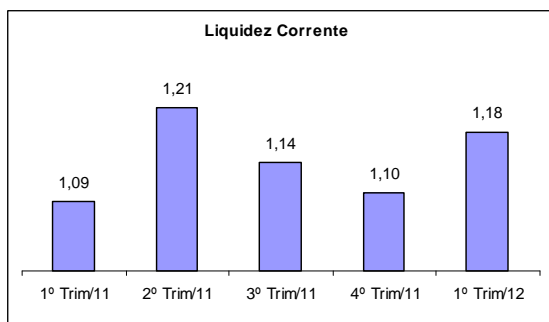


INDICADORES FINANCEIROS

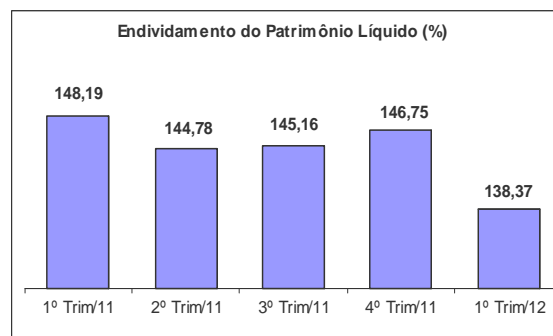
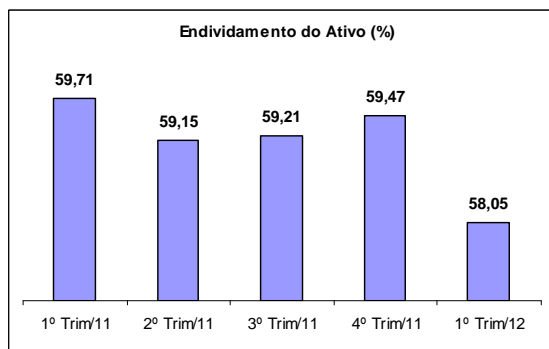
- PATRIMONIAIS



- LIQUIDEZ



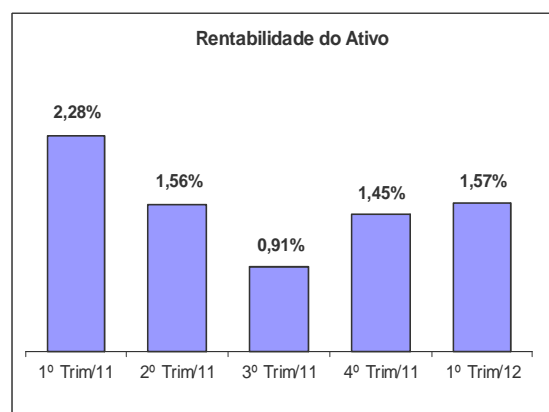
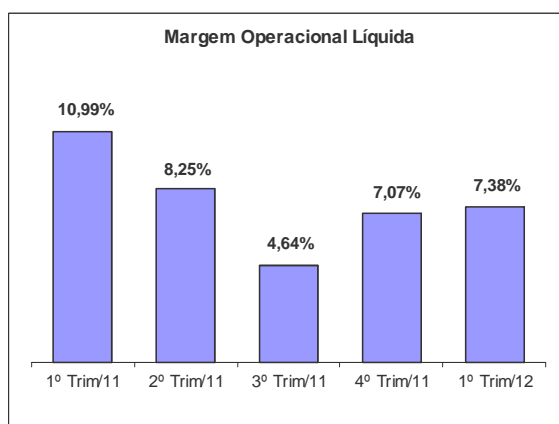
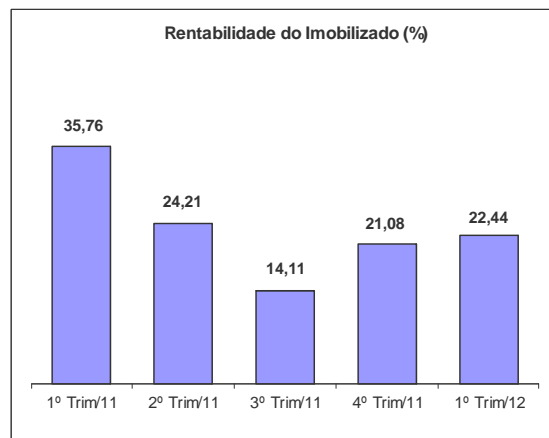
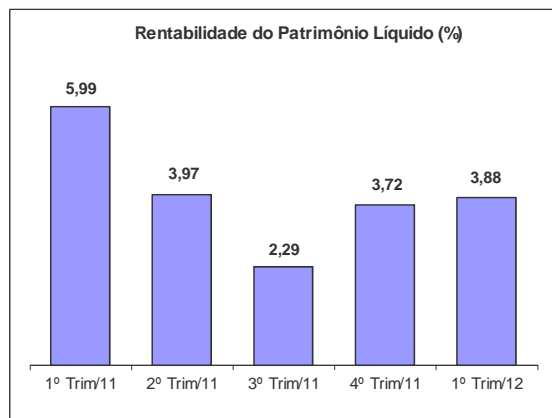
- ENDIVIDAMENTO



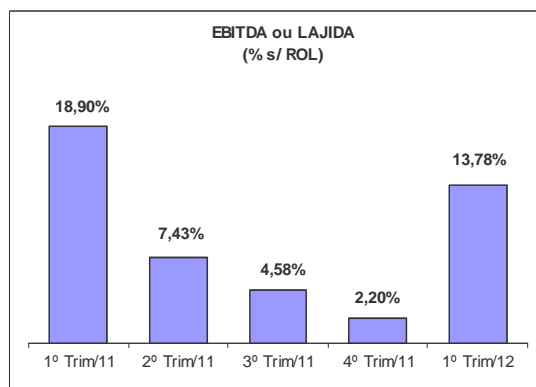
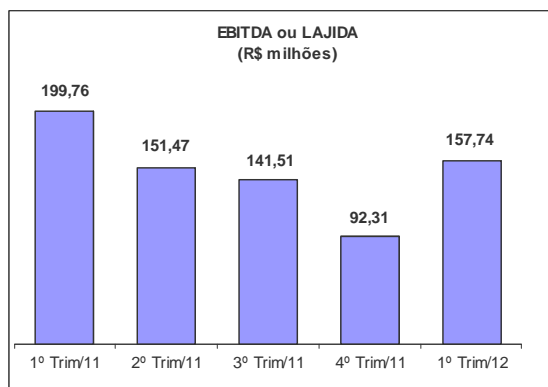
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



- RENTABILIDADE



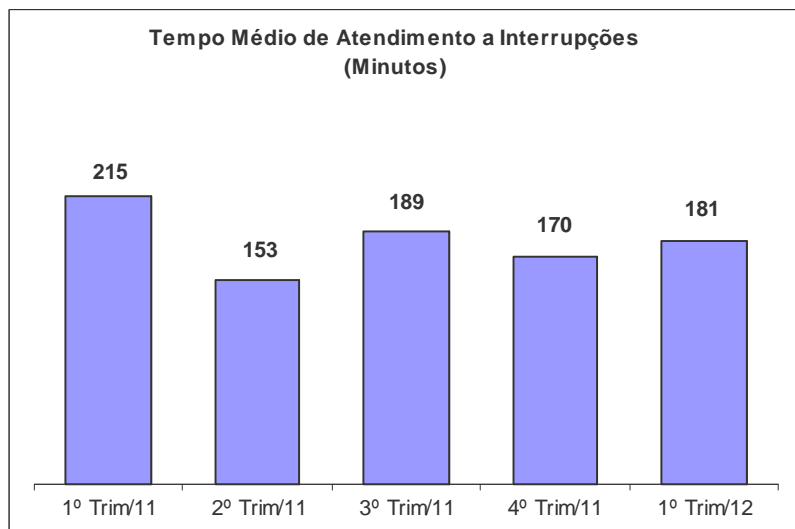
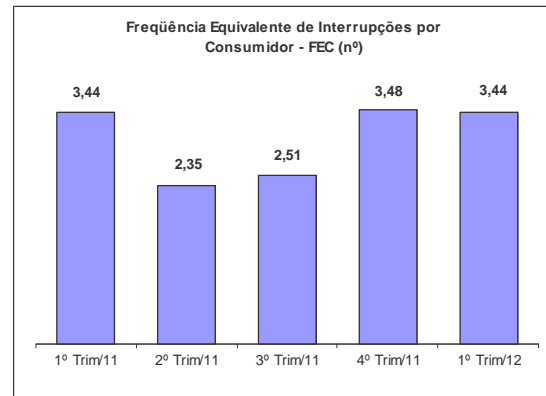
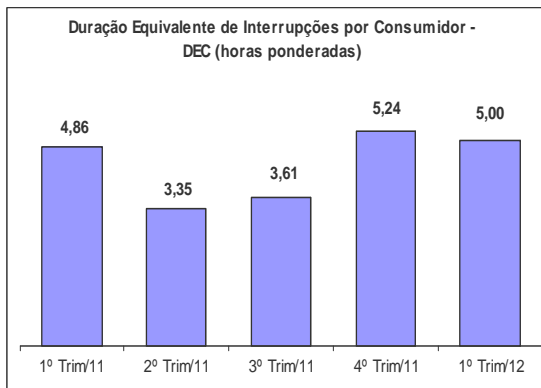
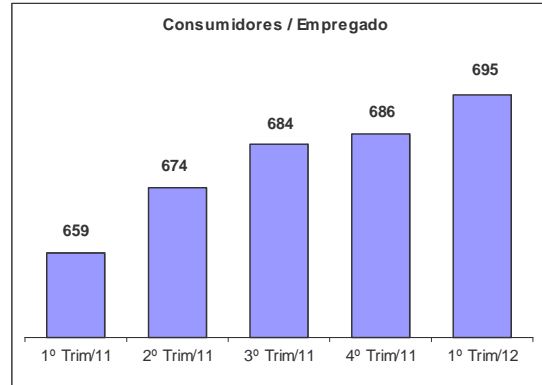
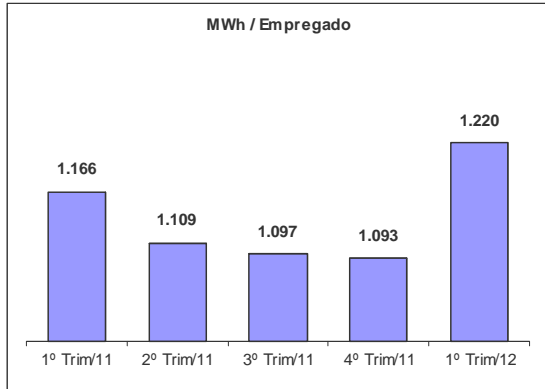
- EBITDA ou LAJIDA



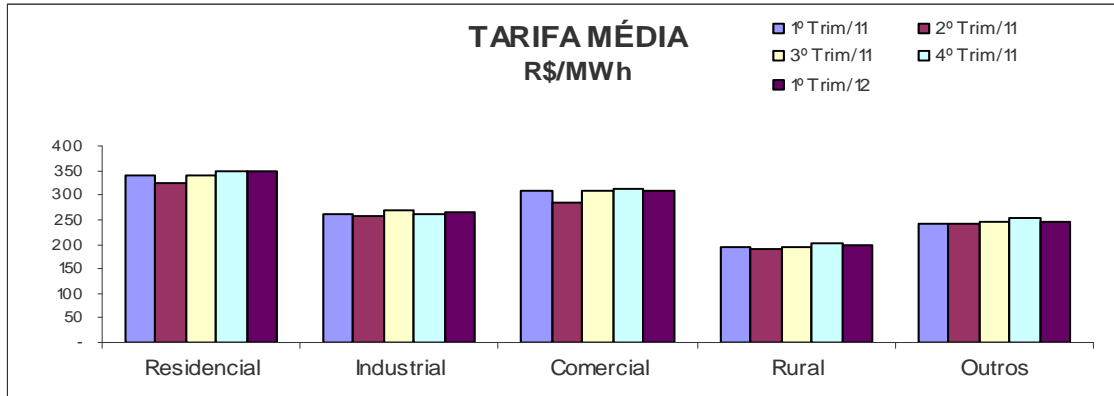
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



- EFICIÊNCIA



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Diretores e Acionistas da
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Florianópolis, 15 de maio de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Companhia sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras referentes as Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Antônio Marcos Gavazzoni
Diretor Presidente

Michel Becker
Diretor de Geração e Transmissão

Clairton Belém da Silva
Diretor de Planejamento e Controle Interno

José Carlos Oneda
Diretor Econômico Financeiro

André Luiz Bazzo
Diretor de Gestão Corporativa

Antônio José Linhares
Diretor de Regulação de Gestão de Energia

Cleverson Siewert
Diretor de Distribuição

André Luiz Rezende
Diretor de Relações com Investidores, Controle de Participações e Novos Negócios

José Braulino Stähelin
Contador – CRC/SC 18.996/O-0

Florianópolis (SC), 15 de maio de 2012.

